



A saúde dos Professores



SINDICATO DOS
PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL
DO ESTADO DE SÃO PAULO
Filiado à **CNE** e **CUT**

Prefácio

O trabalho é um direito fundamental na vida de homens e mulheres, fator que pode auxiliar no incremento da saúde, cultura e bem estar. Contudo, esta ferramenta de prosperidade também pode se transformar num fator prejudicial à saúde.

Alguns grupos de trabalhadores, por suas características laborais, tornam-se mais expostos ao surgimento de dores musculoesqueléticas relacionadas ao trabalho¹ e a outros agravos à saúde. Dentre estes grupos, destacam-se os professores.

Por vezes, o trabalho docente é exercido em circunstâncias desfavoráveis, sob as quais são recrutadas suas capacidades física, cognitiva e afetiva para atingir os objetivos da produção escolar, gerando com isso uma hipersolicitação de suas funções psicofisiológicas².

O corpo humano é equipado com um sistema automático de promoção do reequilíbrio. Porém, quando não há tempo ou recursos orgânicos necessários para a recuperação deste desgaste, podem ser desencadeados ou precipitados sintomas clínicos ligados a transtornos físicos e mentais¹ que se associam ao afastamento do trabalho.

Na última década, diferentes estudos descreveram os problemas de saúde mais prevalentes entre os professores, com destaque para as desordens musculoesqueléticas, problemas vocais e distúrbios psíquicos.³⁻⁴⁻⁵⁻⁶

No período de maio de 2001 a abril de 2002 a Gerência de Saúde do Servidor e

Perícia Médica (GSPM) da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, Minas Gerais, realizou 16.556 atendimentos de servidores da educação.

Os transtornos psíquicos ocuparam o primeiro lugar entre os diagnósticos que provocaram os afastamentos (15,3%). Em segundo lugar, estão os afastamentos por doenças do aparelho respiratório (12,2%) e, em terceiro, as doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo (11,5%)¹.

Desta forma, o trabalho docente é uma atividade que pode promover estresse, com repercussões sobre a saúde física e mental, levando a impactos no desempenho profissional⁷.

Cardoso et al⁸ avaliaram 496 professores do ensino fundamental da rede municipal de Salvador, Bahia, com o objetivo de descrever a prevalência de dor musculoesquelética (DME) e observaram que professores com quatorze ou mais anos na profissão apresentaram prevalências mais elevadas de DME em níveis estatisticamente significantes.

A DME foi mais elevada em professores cujas turmas tinham mais de 30 alunos, em educadores com carga horária de 40 horas semanais e naqueles que trabalhavam em dois ou mais turnos.

Codo⁹ estudou uma amostra de quase 39 mil trabalhadores em educação no Brasil e identificou que 32% dos indivíduos apresentavam baixo envolvimento emocional

com a tarefa, 25% se encontravam com exaustão emocional e 11% com quadro de despersonalização, podendo-se dizer, em termos práticos, que 48% da população estudada apresentava burnout.

O autor reforça a importância de considerar que as atividades docentes extrapolam as ações realizadas dentro da sala de aula, exigindo atualização, planejamento de aulas, correção de provas, entre outras, o que estende ainda mais a jornada de trabalho.

Quando o professor ministra aulas em várias turmas, para alunos em níveis distintos de escolaridade ou em escolas diferentes, são necessários maiores investimentos de tempo na execução de um volume maior de trabalho, mais dedicação, esforço intelectual e vinculação emocional.

Estes fatores podem levar o educador à exaustão mental e física em que muitos professores encontram-se imersos, distanciando-os da motivação e propósito intrínsecos ao ato de educar.

A infraestrutura e a organização do trabalho docente compõem um ambiente escolar que repercute sobre os processos de saúde-doença¹⁰. A Organização Internacional do Trabalho definiu as condições de trabalho para os professores ao reconhecer o lugar central que estes ocupam na sociedade, uma vez que são os responsáveis pelo preparo do cidadão para a vida¹¹ e juntamente à UNESCO recomendam não ultrapassar 25 alunos por turma¹².

As propostas de escolas saudáveis ou escolas promotoras de saúde são exemplos de esforços canalizados para a transformação da escola em um ambiente favorável à saúde da comunidade que a constitui¹³.

Entretanto, Bicudo-Pereira¹⁴ demonstrou que na maioria destas escolas o professor é pouco lembrado como sujeito das ações promotoras de saúde, e pouco se sabe sobre as condições de saúde, de trabalho e da qualidade de vida docente¹⁵.

Grande parte dos trabalhos científicos realizados visa compreender o processo saúde-doença no docente correlacionando dados quantitativos e qualitativos, buscando uma visão integral do professor, ao considerar as condições de trabalho e a qualidade de vida¹⁶⁻¹⁷⁻¹⁸, pois estes fatores têm influência direta na qualidade de ensino e impactam diretamente o aprendizado dos alunos e a saúde dos professores.

Portanto é fundamental a manutenção desta parceria inovadora de sucesso entre a APEOESP e o Grupo Géia, pois de forma pioneira é possível somar o profundo conhecimento sobre a realidade desta nobre e peculiar profissão aos recursos de inteligência médica, capazes de gerar dados cientificamente confiáveis para um diagnóstico mais preciso, que possibilita focar a atenção nos pontos mais estratégicos para a promoção de saúde, prevenção de doenças e embasamento para melhoria das condições de trabalho dos professores.

Bibliografia

- 01 - Gasparini SM, Barreto MS, Assunção AA. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. *Federal University of Minas Gerais Educação e Pesquisa*, São Paulo, maio/agosto 2005; 31(2): 189-199.
- 02 - Zaragoza JME. O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores. Tradução: Durley de Carvalho Cavicchia. Edusc, Bauru, 1999; 3.
- 03 - Delcor N, S. et al. Condições de trabalho e saúde dos professores da rede particular de ensino de Vitória da conquista, Bahia, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública jan/fev. 2004*, Rio de Janeiro; 20(1): 187-196.
- 04 - Reis EJFB, Carvalho FM, Araújo TM, Porto LA, Silvano Neto AM. Trabalho e distúrbios psíquicos em professores da rede municipal de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. *Cad Saúde Pública* 2005; 21(5): 1480-90.
- 05 - Araújo TM, Godinho TM, Reis EJFB, Almeida MMG. Diferenciais de gênero no trabalho docente e repercussões sobre a saúde. *Cien Saude Colet* 2006; 11(4): 1117-29.
- 06 - Gasparini SM, Barreto SM, Assunção AA. Prevalência de transtornos mentais comuns em professores da rede municipal de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. *Cad Saúde Pública* 2006; 22(12): 2679-91.
- 07 - Reis EJFB, Araújo TM, Carvalho FM, Barbalho L, Silva MO. Docência e exaustão emocional. *Educ Soc* 2006; 27(94): 229-53.
- 08 - Cardoso JP, Ribeiro IBQ et al. Prevalência de dor musculoesquelética em professores. *Rev Bras Epidemiol* 2009; 12(4): 604-14.
- 9 - Codo, W. (Org.). Educação: carinho e trabalho. Petrópolis: Vozes, 1999.
- 10 - Gonçalves CGO, Penteadó RZ, Silvério KCA. Fonoaudiologia e saúde do trabalhador: a questão da saúde vocal do professor. *Saúde Rev.* 2005; 7(15):45-51.
- 11 - Organização Internacional do Trabalho. A condição dos professores: recomendação Internacional de 1966, um instrumento para a melhoria da condição dos professores. Genebra: OIT/Unesco, 1984.
- 12 - Jardim R, Barreto SM, Assunção AA. Condições de trabalho, qualidade de vida e disfonia entre docentes. *Cad Saúde Pública* 2007; 23(10): 2439-61.
- 13 - Penteadó RZ. Escolas promotoras de saúde: implicações para a ação fonoaudiológica. *Fonoaudiologia Brasil*.2002; 2(1):28-37.
- 14 - Bicudo-Pereira IMT, Penteadó RZ, Bydlowski CR, Elmor MRD, Grazzelli ME. Escolas Promotoras de Saúde: onde está o trabalhador professor? *Saúde Rev.* 2003; 5(11):29-34.
- 15 - Penteadó RZ, Pereira IMTB. Qualidade de vida e saúde vocal de professores. *Rev Saúde Pública* 2007; 41(2):236-43.
- 16 - Schwarz K, Cielo CA. A voz e as condições de trabalho de professores de cidades pequenas do Rio Grande do Sul. *Rev Soc Bras Fonoaudiol.* 2005; 10(2):83-90.
- 17 - Penteadó RZ, Bicudo-Pereira IMT. Avaliação do impacto da voz na qualidade de vida de professores. *Rev Soc Bras Fonoaudiol.* 2003; 8(2):19-28.
- 18 - Grillo MHMM, Penteadó RZP. Impacto da voz na qualidade de vida de professore(a)s do ensino fundamental. *Pró-Fono.* 2005; 17(3):321-30.

Apresentação

A V Conferência de Educação da APEOESP, realizada nos dias 28, 29 e 30 de novembro de 2012 na cidade de Serra Negra, definiu a promoção e saúde dos professores como lutas centrais neste momento para a nossa categoria.

No decorrer desta publicação, veremos como a saúde, além de um direito humano, no caso dos professores é também fator que interfere na qualidade do ensino ministrado nas escolas estaduais. Afeta, portanto, também o direito dos estudantes ao ensino de qualidade.

Veremos também como o Estado de São Paulo, por meio de sucessivos governos, não tem se dedicado à promoção da saúde dos professores e professoras. Ao contrário, tem implementado políticas que resultam no agravamento das doenças profissionais, significando mais afastamentos do trabalho e licenças médicas, o que significa mais despesas para o Estado, num círculo vicioso de graves consequências que se evidenciam na pesquisa que ora publicamos.

Nós, da APEOESP, estamos agindo para fazer interromper este processo. Estamos exigindo do Governo Estadual soluções para o problema. Queremos políticas preventivas, queremos condições de trabalho, queremos valorização profissional e queremos a melhoria do atendimento aos professores adoecidos.

Também estamos promovendo na categoria a consciência da necessidade de prevenir doenças, praticar exercícios, buscar atendimento e efetivar os tratamentos prescritos pelos médicos.

Com esta publicação, queremos contribuir para jogar luz sobre este problema e para a busca de soluções.

Boa leitura a todos(as).



Mariza Izabel Azevedo Noronha
Presidenta da APEOESP



A saúde dos professores na ordem do dia

O adoecimento dos professores e professoras é uma das mais graves e evidentes consequências das políticas em vigor na maior parte dos sistemas educacionais do nosso país e das condições de trabalho a que são submetidos estes profissionais.

No Estado de São Paulo, o mais rico ente da federação brasileira e o que possui a maior rede de ensino, a situação de adoecimento profissional das professoras e professores vem se agravando ao longo dos últimos anos, atingindo hoje índices alarmantes, como a presente publicação vai demonstrar.

Estudos demonstram o adoecimento dos professores

Diversos estudos e pesquisas tem sido realizadas nos últimos anos, por diferentes instituições, sobre este problema, na medida em que vai se evidenciando com maior clareza que o acometimento de doenças aos professores gera inúmeros problemas para a gestão dos sistemas de ensino e para a qualidade da educação, além, obviamente, do sofrimento pessoal de cada um(a) destes(as) profissionais.

Um dos primeiros estudos deste tipo foi realizado em 1999 pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), em parceria com a Universidade de Brasília (UnB). Foram ouvidos 52 mil professores, de 1440 escolas nos 27 Estados brasileiros, revelando-se que 48% dos educadores de todo o país sofriam, naquele momento, de algum tipo de sintoma da síndrome de *Burnout*, transtorno psicológico que provoca cansaço, esgotamento e falta de motivação. Afeta, desta forma, o educador e seus educandos, uma vez que tende a prejudicar o trabalho em sala de aula e a qualidade do ensino.

Em 2004, a CNTE realizou um estudo mais amplo sobre a realidade dos profissionais da educação, denominado "Identidade expropriada – retrato do educador brasileiro". Os resultados mostraram que distúrbios vocais, estresse, dor nas costas e esgotamento mental e físico são as principais causas de afastamentos de cerca de 22,6% dos professores por licenças médicas em todo o Brasil.



No ano de 2008, a Universidade de Brasília divulgou uma pesquisa entre professores da Região Centro-Oeste do país. Os resultados indicaram que 15 em cada 100 professores da rede pública básica na região sofrem da Síndrome de *Burnout*. Foram ouvidos oito mil professores da região. Os três sintomas de *Burnout* mais citados pelos entrevistados: sentimento de baixa realização profissional, alto grau de esgotamento emocional e distanciamento dos estudantes.

Registre-se que a Síndrome de *Burnout* passou a ser considerada doença profissional a partir do Decreto Lei 6042/07, que modificou alguns artigos do Decreto 3048/99, que regulamenta a Previdência Social. Assim, doença aparece na Lista B, no grupo V da CID 10 (Classificação Internacional das Doenças), como doença profissional.

No Estado de São Paulo, em 2010, o jornal Folha de S. Paulo publicou uma matéria, utilizando como fonte dados oficiais, evidenciando que de janeiro a julho daquele ano haviam sido concedidas na rede estadual de ensino paulista 92 licenças médicas diárias por motivos de saúde, o que representa 19 mil professores ao ano, sobretudo por problemas emocionais, e nada indica que este índice tenha se reduzido. A rede conta com cerca de 230 mil professores.

De acordo com a pesquisa *“Condições de trabalho e suas repercussões na saúde dos professores de Educação Básica no Brasil”*, publicada em abril de 2010 pela Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro), entidade do Governo Federal, *“As duas maiores queixas médicas dos professores que participaram de nosso estudo foram os problemas de voz, anteriormente citados, e os transtornos psicológicos, expressos sob a denominação de estresse, depressão, nervosismo, burnout e sempre relacionados a sentimentos de cansaço, frustração, culpa, desânimo, baixa auto-estima, excesso de trabalho.”*

O estudo também aponta as principais causas do sofrimento dos professores no trabalho e que provocam o seu adoecimento. Entre essas causas estão o constrangimento, por meio de avaliações e ameaças explícitas ou veladas; ser obrigado a fazer o que não acha correto; falta de infraestrutura e de instrumentos pedagógicos nas escolas; falta de tempo, falta de formação, falta de apoio; enfrentar situações com as quais não sabe lidar, como a violência e a extrema pobreza; ser considerado culpado pelas deficiências e problemas da educação; sentir-se isolado, sem apoio



de instâncias colegiadas; não ver seu trabalho reconhecido nem valorizado, social e financeiramente.

A APEOESP já vem acompanhando este processo a algum tempo. Em 2007, realizamos pesquisa junto aos delegados e delegadas do XXII Congresso Estadual da nossa entidade, organizada e executada por meio do Centro de Estudos e Pesquisas/Subseção do DIEESE-APEOESP. Em 2010, realizamos nova pesquisa, com itens semelhantes.

Os resultados de ambas as pesquisas, com pequenas variações de percentuais, apontam como as principais causas do adoecimento dos professores o estresse, as doenças da voz, tendinites, lesões por esforço repetitivo (LER) e bursites. As dificuldades de aprendizagem dos estudantes, superlotação das salas de aula e a jornada de trabalho excessiva aparecem como as causas mais citadas pelos professores como razões de sofrimento no trabalho. Em 2010, mais de 52% dos professores trabalhavam entre 31 e 40 horas por semana e mais de 10% trabalhavam mais de 40 horas semanais. De acordo com a pesquisa, em 2010 vinte por cento dos entrevistados desenvolviam outra atividade profissional além do magistério.

Com relação à superlotação das salas de aula, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal aprovou um projeto de lei (PLS 504/2011) do Senador Humberto Costa (PT/PE) que limita o número de alunos nas salas de aula das redes públicas de ensino. A proposta altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e estabelece que o número de estudantes para a pré-escola e para os dois anos iniciais do ensino fundamental será de 25 por sala de aula. Para os demais anos do ensino fundamental e os anos do ensino médio, o número máximo permitido em sala de aula será de 35 estudantes. A nova lei depende ainda da sanção presidencial.

Políticas do governo estadual agravam a situação do professor

Não tem sido poucas as vezes que temos levado ao Governo Estadual as questões relacionadas à saúde dos professores, pedindo providências não apenas em relação ao atendimento médico, mas também políticas de prevenção e de promoção da saúde, além da melhoria das condições de trabalho e valorização dos profissionais da educação.

Há todo um contexto de agravamento da situação de adoecimento



dos professores, relacionada à implantação das políticas educacionais do Governo Estadual. A municipalização do ensino fundamental, iniciada em 1995, desestruturou a rede e prejudicou direitos dos professores, muitos deslocados para a condição de adidos junto às Diretorias de Ensino onde não puderam ser absorvidos pelos Municípios. Outro golpe profundo na nossa categoria foi a imposição da Lei 836/97 (plano de carreira), que gerou distorções, injustiças, rebaixamento salarial e perdas da ordem de 36,74%, que ainda não recuperamos. As políticas de Bônus e Gratificações vigoraram durante muitos anos (ainda há o Bônus Resultado).

As avaliações externas promovidas pelo Governo, as provas e avaliações sucessivas que resultam na responsabilização dos professores pelos problemas da educação estadual significam não apenas uma grave desvalorização profissional, mas um elemento que atinge em cheio a auto-estima dos professores, afetando a qualidade do seu trabalho e o relacionamento com os estudantes e as famílias.

A prova de mérito, instituída como forma de promoção na carreira, estabelece uma diferenciação indevida entre os professores a partir de uma referência inadequada, pois uma prova de conhecimentos, baseada numa bibliografia derivada das políticas do Governo, não consegue captar a experiência do professor, seu compromisso com a escola pública, as condições concretas do exercício da sua profissão, o contexto sócio-econômico e toda sorte de fatores que contribuem ou dificultam o seu trabalho.

Também agrava muito a situação da categoria o aumento do número de professores temporários ocorrido nos últimos anos em razão da não realização de concursos públicos. Mas de 80 mil professores temporários (categoria F) hoje são estáveis como resultado da luta da APEOESP. Há, porém, a situação dos professores da categoria O, que é gravíssima e sobre a qual voltaremos a falar.

Outras medidas interferem diretamente no trabalho do professor com seus estudantes, como a padronização (apostilamento) dos materiais didáticos e a redução da autonomia pedagógica do professor, obrigado a reproduzir aulas prontas que se tornam penosas e muitas vezes desinteressantes para o seu estudante.

As respostas do Governo a nossas demandas tem apontado na direção contrária. Em 2008, o então Governador José Serra instituiu a lei



1041/2008, limitando o número de faltas dos professores para consultas e tratamentos médicos a apenas seis ao ano. Para nós esta iniciativa caracteriza um verdadeiro atentado à vida, pois tem impedido que muitos professores e professoras portadores de doenças graves, como câncer, possam realizar seus tratamentos da forma devida.

A medida adotada pelo governo parte da falsa premissa de que a responsabilidade pelas deficiências de aprendizagem dos estudantes das escolas estaduais é dos professores e das professoras, que estariam se ausentando excessivamente do trabalho. As ausências dos docentes ao trabalho se devem, na verdade, ao processo de adoecimento que afeta a nossa categoria e ao desgaste provocado pelas condições inadequadas de trabalho e pela desvalorização profissional já referida anteriormente. Tanto assim que os dados publicados pela reportagem da Folha de S. Paulo à qual já nos referimos mostram que o volume de licenças por motivos de saúde na rede estadual de ensino é muito alto, mesmo após a vigência da lei.

Quanto ao atendimento médico aos professores, assim como aos demais servidores estaduais, o Governo Estadual se omite, deixando exclusivamente por conta do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público do Estado de São Paulo (IAMSPE) as iniciativas neste campo. Ocorre que o próprio Estado não contribui com o IAMSPE o equivalente a 2% da folha de pagamento do Estado, deixando exclusivamente para os servidores o encargo de sustentar o Instituto.

Desta forma, o IAMSPE não tem conseguido atender bem e de forma plena a totalidade dos funcionários públicos, muitas vezes obrigados a se deslocarem à capital pela ausência de Centros de Assistência Médica (CE-AMAs) ou profissionais, clínicas e hospitais em suas regiões.

Também em relação às causas que provocam o adoecimento profissional a ação do governo tem sido pífia, quando não potencialmente agravante deste processo. Não há, da parte da Secretaria Estadual da Educação ou outros órgãos do governo, ações para melhorar as condições de trabalho, reduzir o número de alunos em sala de aula, dotar as unidades escolares de profissionais que possam contribuir para atenuar a situação, mudar as condições de infraestrutura das unidades escolares, reorganizar a jornada de trabalho dos professores de acordo com o que dispõe a lei 11738/2008 (lei do piso salarial profissional nacional).



A necessidade da jornada do piso

A lei do piso é clara quando determina que, na composição da jornada de trabalho do professor, pelo menos 33% sejam destinados a atividades extraclasse, ou seja, aquelas atividades relacionadas ao trabalho do professor que não são de interação direta com educandos. Entre essas tarefas estão a preparação das aulas, a elaboração e correção de provas e trabalhos, a formação continuada na própria escola e atividades realizadas em locais de livre escolha pelo professor.

Desta forma, para uma jornada de trabalho de 40 horas semanais, 26 dessas horas (equivalentes a 26 aulas, independente do tempo de duração de cada aula, se de 45 minutos, 50 minutos ou 60 minutos) devem ser realizadas com os educandos e as demais 14 horas em atividades extraclasse.

A título de ilustração, dados do estudo *“Um olhar para o interior das escolas primárias”* (UNESCO, 2008, Indicadores Mundiais de Educação para Países em Desenvolvimento, maio de 2008, p. 133) mostra que na comparação com outros 10 países o Brasil é um dos que tem um dos menores tempos médios destinados às atividades extraclasse, cerca de 15% da jornada, no caso de professores que lecionam em apenas uma escola. No caso de professores que lecionam em mais de uma escola esta média cai ainda mais, ficando abaixo dos 10% da jornada semanal de trabalho.

Ocorre que o Estado de São Paulo vem se recusando a aplicar esta lei federal. Fomos à justiça e conseguimos sentença favorável, atualmente suspensa em função de manobras protelatórias acatadas pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que estamos contestando por meio de recurso, nunca julgado pelos desembargadores que cuidam do caso.

No momento desta publicação, aguardamos o início de negociações com o Secretário da Educação para a implementação paulatina da jornada do piso, conforme compromisso assumido publicamente pelo próprio Secretário em mais de uma ocasião.

Gestão democrática, valorização e saúde dos professores

A gestão de toda instituição deve ser adequada a suas finalidades, buscando sempre obter os melhores resultados de acordo com a sua natureza e seu papel social.



O papel social da educação não é somente a transposição de conhecimentos entre professor e estudante, mas plena formação dos indivíduos como cidadãos conscientes de seus direitos, da sociedade em que vivem e preparados para realizar as transformações necessárias ao desenvolvimento econômico, cultural e social da nação.

A educação pública brasileira, porém, frente às demandas de modernização do mundo atual vem sendo marcada pela adoção de procedimentos e mecanismos de gestão próprios de uma empresa privada. Busca-se traduzir a qualidade do ensino pelos seus índices de produtividade, que, para serem obtidos, requerem maior número de alunos por turma, enxugamento do número de profissionais e se traduzem na capacidade da escola em produzir conhecimentos práticos e objetivos, que possam ser úteis ao mercado de trabalho.

Mas, diferentemente de uma empresa, a escola não produz mercadorias. A escola forma pessoas e pessoas não podem ser formadas a partir de um único modelo, como uma linha de produção.

Sobre esta questão, dizem as diretrizes para os planos de carreira dos funcionários da educação (Parecer CNE/CEB 9/2010):

“Os modelos gerenciais e organizativos de uma empresa privada garantem a sua racionalidade porque estão de acordo com suas finalidades. Numa fábrica de copos, por exemplo, são produzidas séries de copos iguais, a partir de um mesmo modelo. Mas a escola pública forma pessoas, não forma série de pessoas. Assim, conceber o espaço e o funcionamento de uma escola a partir de critérios empresariais cria uma irracionalidade intransponível entre a forma como o trabalho é desenvolvido e os resultados educacionais que se quer alcançar.”

Um processo industrial pode produzir milhares de copos iguais, mas a escola não produzirá milhares de estudantes iguais. Assim, a gestão escolar precisa estar a serviço do papel social da escola, que é o de formar cidadãos e cidadãs. E a educação é o instrumento desta formação. Por isso, não pode ser gerida da forma linear como numa linha de produção industrial. Não se pode alienar o professor da concepção e de todo o processo de trabalho que resulta na formação do estudante sob sua responsabilidade.

O trabalho educativo na escola é essencialmente um trabalho coletivo. Ele requer a troca de experiências, o debate franco, o trabalho de equipe. Como realizar este trabalho coletivo se temos a dissociação entre a



formulação das políticas educacionais e do projeto político-pedagógico e a execução destas políticas e deste projeto?

Neste sentido, diz a Resolução CNE/CEB nº 1/2012 – que trata da implantação da Lei nº 11.738/2008, que institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da Educação Básica, que aguarda homologação do Senhor Ministro da Educação:

“O coração do processo educativo, em cada unidade escolar, é seu projeto político-pedagógico. E o professor, como ator principal do processo educativo, é também formulador do projeto político-pedagógico, juntamente com os demais segmentos que compõem a comunidade escolar, como determinam os arts. 13 e 14 da LDB:

Art. 13 Os docentes incumbir-se-ão de:

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

III - zelar pela aprendizagem dos estudantes;

IV - estabelecer estratégias de recuperação para os estudantes de menor rendimento;

V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na Educação Básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Desta forma, os espaços de trabalho pedagógico coletivo e outros espaços que permitem a interação do professor com seus pares e com os demais segmentos da comunidade escolar são fundamentais e devem



ser contemplados em sua jornada de trabalho, pois são atividades inerentes à sua função como profissional da educação.

Como imaginar que um professor possa estar motivado para desenvolver um trabalho de qualidade se sua opinião sequer é considerada nas decisões que se tomam na escola e na gestão do sistema de ensino? Como pode o professor dedicar-se de forma plena ao seu trabalho se recebe salários ainda aviltantes, em que pesem os avanços já conquistados? Com as condições de trabalho extremamente deficientes na imensa maioria das escolas públicas em todo o país? Com salas superlotadas, violência dentro das próprias escolas, autoritarismo, escolas mal planejadas e mal construídas, jornadas de trabalho estafantes?

O que significa, então, valorizar o professor? Em primeiro lugar, estabelecer com ele uma relação de respeito a suas necessidades como profissional e como cidadão, sempre tendo como perspectiva a qualidade do ensino. Isto passa pela sua formação inicial, com qualidade; formação continuada no local de trabalho como política estruturante de Estado para a formação permanente do professor; carreira justa e atraente; salários dignos; condições de trabalho; participação efetiva na gestão do projeto político-pedagógico de sua unidade escolar e na definição das políticas educacionais.

Neste sentido, a valorização dos profissionais da educação, com programa de formação continuada, critérios de acesso, permanência, remuneração compatível com a jornada de trabalho definida no projeto político-pedagógico é uma das condições para uma escola com qualidade social e deve se concretizar em cada um dos sistemas de ensino, como parte do esforço que faz o nosso país para universalizar o acesso à educação e para garantir a permanência dos estudantes na escola, assegurando a qualidade em todos os seus níveis e modalidades."

Por melhores condições de trabalho

Estamos reivindicando da Secretaria Estadual da Educação que implemente um plano de reformas e construção de escolas estaduais, preferencialmente a partir de um projeto arquitetônico que melhor atenda as necessidades de professores e alunos, do ponto de vista ergonômico, da



luminosidade, do arejamento, da distribuição dos espaços escolares, da existência de espaços de interação e socialização, desenvolvimento de atividades inter e transdisciplinares e de atividades esportivas e culturais, entre outras.

O que se pretende é que a escola seja um local de transposição do conhecimento e também de produção de novos conhecimentos. Que seja um local agradável, no qual professores, estudantes e demais integrantes da comunidade escolar queiram estar e se sintam estimulados ao estudo e à troca de experiências e conhecimentos.

Ao mesmo tempo, para que as questões relacionadas ao trabalho e à saúde do professor, tendo em vista a qualidade do ensino, possam ser debatidas e resolvidas, a Resolução CNE/CEB nº 2/2009, que fixa as Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública, prevê que seja constituída em cada escola, no âmbito das redes e sistemas de ensino, *“comissão paritária, entre gestores e profissionais da educação e os demais setores da comunidade escolar, para estudar as condições de trabalho e prover políticas públicas voltadas ao bom desempenho profissional e à qualidade dos serviços educacionais prestados à comunidade.”*

Como parte das soluções a serem implementadas, podemos pensar em espaços nas escolas para que os professores pratiquem exercícios físicos nos horários que lhes convierem, programação de palestras e cursos sobre saúde.

Violência nas escolas e saúde dos professores

Como vimos, os professores citam entre as causas de adoecimento profissional a violência que ocorre no interior das escolas. Pesquisa realizada pela APEOESP (CEPES/DIEESE) em 2007 mostra que 86,8% dos professores e professoras afirmaram ter conhecimento de casos de violência nas escolas.

Infelizmente tornaram-se rotineiras as ocorrências de agressões verbais e físicas de estudantes contra professores nas salas de aula; as brigas entre estudantes; a depredação e o furto de equipamentos; a ação do tráfico de drogas no entorno e mesmo dentro das unidades escolares; a ação de gangues e outras formas de violência.



A violência nas escolas é, ao mesmo tempo, causa e sintoma de um círculo vicioso vinculado a diversos fatores. Um deles é, inegavelmente, o desgaste da autoridade do professor, provocada pelo próprio Estado, quando dissemina a versão segundo a qual os professores são os responsáveis pelos eventuais maus resultados do processo ensino-aprendizagem.

Esta desqualificação do trabalho dos professores na rede estadual de ensino não se dá apenas por meio de declarações de dirigentes da Secretaria Estadual da Educação, reverberadas pela mídia, ela ocorre também por meio de sucessivos processos avaliatórios que, no nosso entendimento, não apreendem verdadeiramente a qualidade da atuação dos professores, suas dificuldades e seu compromisso com a melhoria da educação pública.

As provas de conhecimentos, por um lado, “medem” um momento na trajetória do professor em relação a uma bibliografia definida pela Secretaria da Educação de acordo com suas concepções educacionais. Por outro lado, desconsideram as condições objetivas nas quais atua aquele profissional, as políticas educacionais implementadas e outros fatores. Também não levam em conta as deficientes medidas de formação continuada, que atingem poucos professores e nem sempre estão de acordo com suas necessidades formativas ou com as necessidades dos estudantes e das escolas.

Os testes padronizados aplicados aos estudantes, de cujos resultados se tiram conclusões sobre o trabalho dos professores, também não consideram suas condições de trabalho e demais condicionantes e não deveriam ser associados à remuneração docente. Entretanto, a prova do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP) dá origem ao Índice de Desenvolvimento Educacional do Estado de São Paulo (IDESP), que é a base para a concessão do Bônus Resultado aos professores e demais profissionais da Educação, instituído pelo então Governador do Estado, José Serra.

Qualidade de ensino, profissionais qualificados e valorizados são faces da mesma moeda

A APEOESP não se omite diante da situação de adoecimento dos pro-

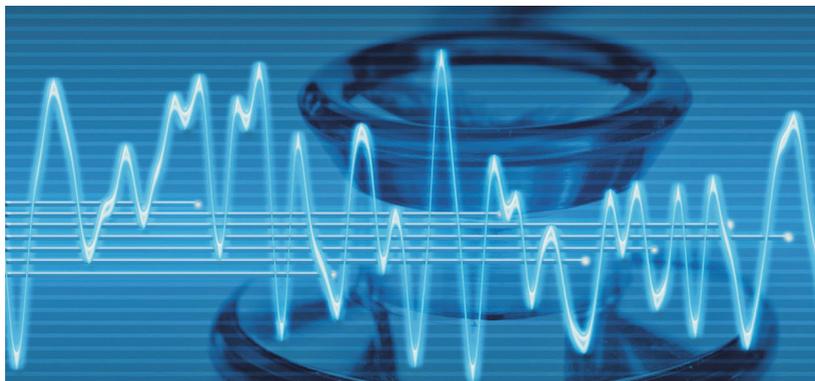


fessores. Por um lado, reivindicamos do Estado e lutamos pela instituição de políticas que valorizem os professores, previnam e promovam a sua saúde. Por outro, trabalhamos junto aos nossos associados e à categoria como um todo para que pratiquem exercícios, realizem periodicamente exames médicos preventivos, sigam rigorosamente os tratamentos prescritos pelos médicos.

No mês de dezembro de 2012 realizamos a I Caminhada da Saúde, como parte do Dia Estadual de Luta pela Saúde do Professor. Realizada de forma centralizada na capital, a caminhada deve ser replicada também nas regiões, reunindo os professores para, juntos, disseminar a importância dos cuidados com a saúde.

Nos próximos anos vamos realizar novas atividades neste sentido, sempre no mês de novembro, promovendo uma Olimpíada esportiva entre os professores, tanto no sentido de estimular a atividade física como parte do trabalho de prevenção e promoção da saúde, mas também para chamar a atenção do poder público e da sociedade para a situação que afeta nossa categoria.

O presente trabalho, realizado em parceria com o Grupo Geia e a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) objetiva divulgar para a sociedade a situação atual da saúde dos professores na rede estadual de ensino, fornecendo subsídios para a sua compreensão e para a formulação de nossas lutas e reivindicações junto ao Governo do Estado de São Paulo, que requerem apoio e solidariedade dos demais setores sociais, sobretudo dos demais profissionais da educação, dos estudantes e de suas famílias.





Saúde e condições de trabalho dos professores da rede estadual de ensino de São Paulo

Pesquisa Realizada no 23º Congresso Estadual da APEOESP
1 a 3 de dezembro de 2010

Relatório Estatístico

OBJETIVO

O objetivo principal deste estudo foi conhecer mais profundamente a saúde e condições de trabalho a que os professores estão submetidos, gerando dados para a defesa dos direitos do professor e elaboração de intervenções para a promoção de saúde.

METODOLOGIA

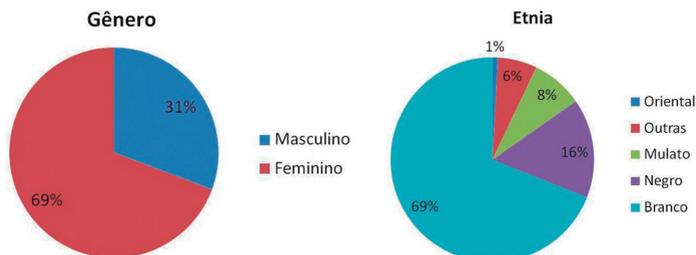
Foi realizada uma pesquisa de cunho transversal com preenchimento assistido de questionário e avaliação física de saúde realizada por profissionais treinados. Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), sob o número 11626.

A coleta de dados ocorreu durante o XXIII Congresso Estadual de Educação - APEOESP na cidade de Serra Negra, São Paulo, durante os dias 1 a 3 de dezembro de 2010.

ANÁLISE DOS DADOS

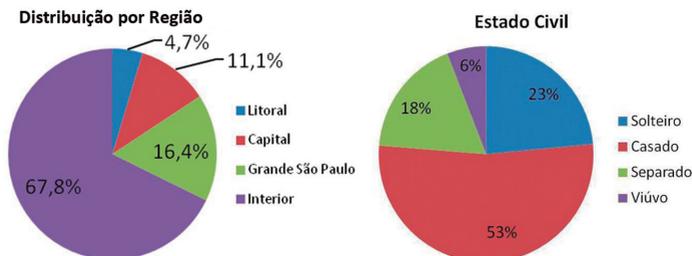
Estiveram presentes a este evento 2685 participantes, dos quais 936 (34,9%) assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, concordando em participar da pesquisa.

A amostra avaliada foi predominantemente feminina (69%, n=933), a idade média verificada foi de 48,9 anos (n=777); em relação a etnia, os participantes se identificaram conforme a seguinte distribuição (n=897): 69% branco, 16% negro, 8% mulato, 6% outros e 1% oriental.

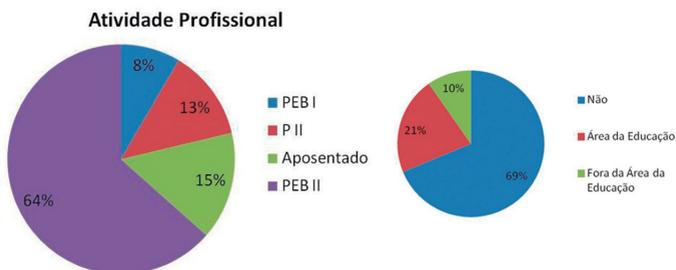




A região do interior teve 67,8% de participantes, a Grande São Paulo 16,4%, a Capital 11,1% e o litoral 4,7% (n=913). Ao serem questionados quanto ao estado civil, houve 53% de casados, 23% de solteiros, 18% de separados e 6% de viúvos (n=930).

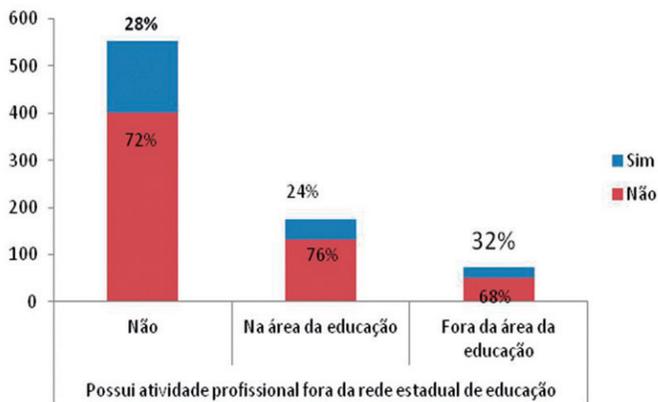


Em relação à atividade profissional, 64% assinalou PEB II, 15% aposentado, 13% PII e 8% PEB I (n=883), quando questionados se possuem atividade profissional fora da rede estadual de educação, as respostas assinaladas foram 69% não, 21% sim, na área da educação e 10% sim, fora da área da educação (n=867).



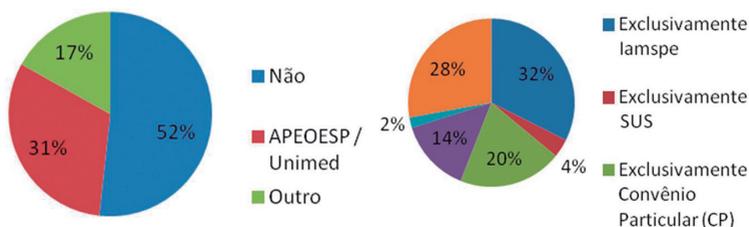
A avaliação sobre as condições de trabalho revelou que a média de alunos por sala foi de 37,8 alunos, a carga horária média foi de 35h/semana e o tempo médio trabalhando como professor foi de 19,4 anos.

Quando questionados sobre afastamento do trabalho por motivo de saúde, 27% informou que teve que se afastar das atividades laborais no último ano (n=841), isso corresponde a 28% dos que não possuem atividade profissional fora da rede estadual de educação, 24% dos que possuem outra atividade profissional na área de educação e 32% dos que possuem outra atividade profissional fora da área da educação.



Ao ser avaliado o tipo de assistência de saúde utilizada (n=841), 32% usam exclusivamente o IAMSPE, 28% IAMSPE e SUS, 20% exclusivamente convênio particular, 14% convênio particular e IAMSPE, 4% usam exclusivamente o SUS e 2% convênio particular e SUS.

Em relação ao uso de convênio médico particular (n=827), 52% dos participantes não possui convênio médico particular (CMP), 31% utilizam o convênio médico APEOESP/Unimed e 17% usam outro CMP.



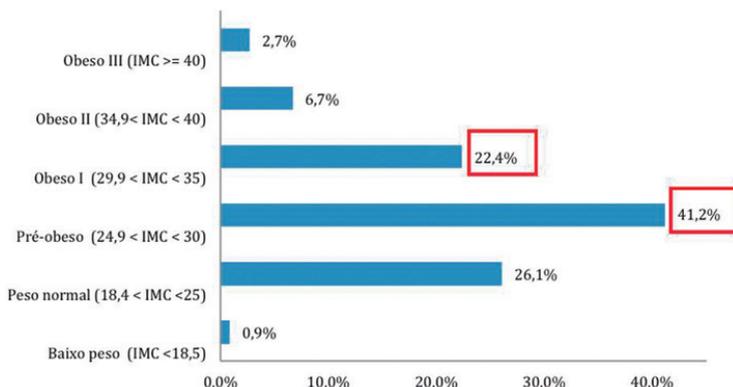
O questionário sobre doenças diagnosticadas por médico fez referência ao percentual de participantes que não faz acompanhamento médico regular e não respeitam o horário de uso do medicamento.

As principais doenças diagnosticadas são: rinite / alergia (33%), hipertensão arterial (30%), tendinite, bursite ou dor muscular no último ano (29%), transtorno de ansiedade ou pânico no último ano (23%), laringite / rouquidão (21%), depressão no último ano (18%), artrose (14%), diabetes (10%), asma / bronquite / enfisema / Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC) (7%), Acidente Vascular Encefálico (AVE) (2%).



Doença	Indivíduos com diagnóstico médico	Não faz acompanhamento médico regular	Faz uso de medicação contínua	Não respeita horário de uso do medicamento
Hipertensão Arterial (n=929)	276 (30%)	33%	66%	17%
Diabetes (n=930)	95 (10%)	37%	56%	23%
Artrose (n=930)	130 (14%)	58%	37%	40%
Tendinite, bursite ou dor muscular no último ano (n=929)	265 (29%)	59%	20%	24%
Transtorno de Ansiedade ou Pânico (no último ano) (n=929)	213 (23%)	62%	27%	28%
Depressão (no último ano) (n=929)	169 (18%)	59%	36%	33%
Asma, Bronquite, Enfisema ou DPOC (n=929)	68 (7%)	38%	35%	29%
Rinite, Alergia (n=929)	306 (33%)	61%	19%	25%
Laringite, Rouquidão (n=929)	199 (21%)	64%	13%	23%
AVE, Derrame Cerebral (n=930)	15 (2%)	47%	33%	100%
Doença do Coração (n=930)	79 (8%)	57%	33%	15%

A avaliação do peso e altura de 808 participantes revelou que 26,1% apresenta peso normal (IMC entre 18,4 e 25), 41,2% pré-obesidade (IMC entre 24,9 e 30), 22,4% obesidade I (IMC entre 29,9 e 35), 6,7% obesidade II (IMC entre 34,9 e 40), 2,7% obesidade III (IMC maior ou igual a 40) e 0,9% baixo peso (IMC menor que 18,5).





Ao ser associada a medida da circunferência abdominal e o IMC para avaliação de risco para complicações metabólicas para a população feminina (n=313), 30% possui risco muito alto, 19,8% risco alto e 17,9% risco aumentado. Para a população masculina (n=144), 21,5% apresenta risco muito alto, 4,9% risco alto e 21,5% risco aumentado.

Circunferência abdominal (cm)

IMC (Kg/m ²)	80-88	> 88
18,5-24,9		10
25-29	46	56
>30	6	94

Risco para complicações metabólicas	Porcentagem da população feminina avaliada
aumentado	17,9%
alto	19,8%
muito alto	30,0%

Circunferência abdominal (cm)

IMC (Kg/m ²)	94-102	> 102
18,5-24,9		0
25-29	31	1
>30	6	31

Risco para complicações metabólicas	Porcentagem da população masculina avaliada
aumentado	21,5%
alto	4,9%
muito alto	21,5%

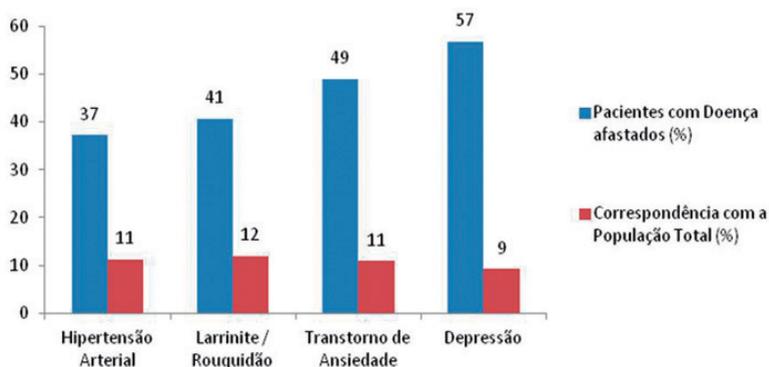
Após análise de regressão logística foi verificada correlação estatística entre a variável afastamento e as doenças: depressão, ansiedade, hipertensão e rouquidão. Quando avaliada a porcentagem dos pacientes



doentes em cada uma destas doenças que tiveram afastamento no último ano e sua correspondência com o total da população estudada, temos os seguintes dados:

Depressão: 57% afastados / 9% da população; transtorno de ansiedade: 49% afastados / 11% da população; laringite e rouquidão: 41% afastados / 12% da população; e hipertensão: 37% de afastados / 11% da população.

Ao ser avaliado o afastamento, porém sem a regressão logística, identifica-se que tiveram afastamento no último ano 42% dos pacientes com asma, bronquite, enfisema ou DPOC, 40% dos pacientes com artrose/artrite, 37,6% dos pacientes com diabetes e 37% dos pacientes com tendinite, bursite ou dor muscular.



A avaliação sobre a prática de atividade física (n=900) revelou que 43% não faz atividade, 28% realiza de 2 a 3 vezes por semana, 15% uma única vez na semana e 14% quatro vezes ou mais.

A análise estatística de regressão logística mostrou uma correlação entre realização de atividade física e idade maior que 50 anos, cabe ressaltar que esta análise considerou uma amostra em que os aposentados estavam contemplados.

Outra análise com significância estatística pela regressão logística foi entre o tabagismo e o etilismo e a depressão. Houve forte associação entre tabagismo e o maior número de alunos por sala, porém sem significância estatística ($p=0,06$).

19,9% das pessoas com depressão são tabagistas e 13,1% das pessoas sem depressão são tabagistas. 22,8% das pessoas que ingerem álcool são tabagistas e 9,8% das pessoas que não ingerem álcool são tabagistas.



O etilismo teve significância estatística pela regressão logística para o sexo masculino, tabagismo e idade mais jovem. 52,4% dos homens são etilistas e 25,8% das mulheres são etilistas. Quanto menor a idade maior a incidência de etilismo, 54,3% dos tabagistas são etilistas e 30,5% dos etilistas não são tabagistas.

A realização do exame de Papanicolau apresentou correlação significativa na regressão logística para realização de mamografia e menor tempo de profissão. 93,9% das mulheres que fizeram mamografia naquele ano também fizeram o exame de Papanicolau, 65% das participantes avaliadas ($n=518$) havia realizado o exame de Papanicolau no último ano, 33% há mais de um ano e 2% nunca o realizou.

As participantes com mais de 50 anos ($n=271$) avaliadas tiveram 59% delas com a realização de mamografia no último ano, 38% há mais de um ano e 3% nunca havia feito.

O exame de mamografia teve correlação estatística à regressão logística para mulheres com estado civil não solteiro e realização do exame de Papanicolau.

50,5% das pacientes solteiras havia realizado mamografia enquanto 61,2% das casadas, 65,9% das separadas e 65,9% das viúvas. 89,1% das mulheres que não fizeram o exame de Papanicolau também não realizaram mamografia.

Entre os homens acima de 50 anos avaliados ($n=73$), 44% teve avaliação clínica da próstata, 41% há mais de um ano e 15% nunca foi avaliado. Em relação a realização do exame de PSA, 51% havia feito naquele ano, 35% há mais de um ano e 14% nunca o fez.



A saúde dos Professores

Esta é uma publicação do CEPES: Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais, Sindicais e Gerenciamento de Banco de Dados da APEOESP

Coordenador:

Maria Izabel Azevedo Noronha
(Presidenta)

Diretores Responsáveis:

Fábio Santos de Moraes
(Secretário Geral)

Nilcea Fleury Victorino
(Secretária de Formação)

Maria Sufaneide Rodrigues
(Secretária de Assuntos Educacionais e Culturais)

Rita de Cássia Cardoso
(Secretária de Políticas Sociais)

Luiz Gonzaga José
(Secretário de Finanças)

Odimar Silva
(Secretário de Administração)



**SINDICATO DOS
PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL
DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Filiado à CNE e CUT

Praça da República, 282 - CEP 01045-000
São Paulo - SP - Tel.: (11)3350-6000

www.apeoesp.org.br

Blog Palavra da Presidenta
<http://apeoesp.wordpress.com/>



SINDICATO DOS
PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL
DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CNE** e **CUT**